

COMUNICAR A JUSTIÇA

Ação de Formação Contínua Tipo D | Lisboa, 1 de fevereiro 2013 | Auditório do Montepio Geral, Rua Áurea, nº 219 a 241 – 6º andar, Lisboa

MANHÃ

9h30 ABERTURA

Pedro Barbas Homem, Diretor do Centro de Estudos Judiciários

Carlos Magno, Presidente da Entidade Reguladora da Comunicação Social

10h00 Segredo de Justiça e Interesse Público

José António Henriques Santos Cabral, Juiz Conselheiro no Supremo Tribunal de Justiça

10h40 Justiça versus Comunicação Social ou vice-versa?

Raquel Alexandra, Vogal da Entidade Reguladora da Comunicação Social, Docente Universitária

11h15 Intervalo

11h30 O Dever de Reserva do Magistrado

Eduardo Vera Cruz Pinto, Professor Catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa e Vogal do CSM

12h00 DEBATE

12h30 Pausa para almoço

TARDE

14h00 Decisões Judiciais: Simplificar a Escrita, Comunicar Melhor, Ganhar Eficácia

Manuel Tomé Soares Gomes, Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Lisboa

14h30 Comunicar com Clareza e Rigor, Informar Respeitando os Direitos Pessoais – em Particular, na Óptica das Competências e Objetivos da Atuação do Ministério Público

Rui do Carmo, Procurador da República

15h00 Debate

15h30 Intervalo

15h45 Intervenção da Procuradora Geral da República, Conselheira Joana Marques Vidal

16h30 Encerramento

Objetivos:

Reflexão sobre a temática das relações entre a justiça e a Comunicação Social.

Discussão sobre o que podem ser consideradas boas práticas neste domínio, nomeadamente na área criminal, quer no que respeita à fase dirigida pelo Ministério Público, quer nas dirigidas pelo Juiz, com especial atenção à matéria do segredo de justiça.

Constituindo a decisão um ato de comunicação, refletir sobre a necessidade de simplificar a linguagem utilizada nas decisões judiciais e do Ministério Público, dando-lhe clareza, compreensibilidade e eficácia.

**CENTRO
DE ESTUDOS
JUDICIÁRIOS**

Sede:

Largo do Limoeiro 1149-048 Lisboa

Tel : 218 845 600 fax: 218 845 615

cej@mail.cej.mj.pt www.cej.mj.pt

Destinatários:

Juizes, Magistrados do Ministério Público e outros profissionais da área forense.